

A FASE ASCENDENTE DO TEMPO PORTUGUÊS

Helder Godinho

O início da expansão portuguesa, que a conquista de Ceuta representa, parece-nos na *Crônica da Tomada de Ceuta* de Zurara¹ como uma empresa *emporalmente correta* que se opõe à retração da perda da Espanha visigótica, contendo uma referência clara à lenda do Rei Rodrigo.

Com efeito, o mouro Çalabençala, ao explicar o sonho de um outro mouro que vira Ceuta coberta de abelhas e do estreito de Gibraltar surgir um leão coroado, rodeado de pardais que comem as abelhas, diz:

“...creo que tendes em vossos escriptos, como no tempo do grande Mirabolim, que a primeira vez que passou desta terra em Espanha, andaua hum mouro cauando em huua sua orta açerqua desta çidade, e tirando a pedra de huus aliçeças velhos achou hum marmore, em o qual era esculpida huua jmgem de hum nosso propheta que chamauam Brafome de Marrocos natural, sob cujos pes estauam escritas huuas letras em quatro rregras que deziam assi. Da casa dEspanha saira hum liam com tres cachorros seus filhos, acompanhado de grande frota, carregada de muitas gentes, e apremara a tua nobre çidade. O çidade, e do seu xemel vira o destruidor das partes dAfrica. Mouros fogij, e nam queiraes esperar o brandimento de sua espada. E assi conçerta esta profeçia com o sonho deste mouro, porque diz que via liam coroado polla boca do estreito, outrosy as abelhas sinificamos nos outros, e os pardaaes sam os christaãos, ca semelhante vio hum mouro em Cordoua em sonhos, quando os mouros a perderam.” (Pp.173-4)

Ora, este mouro que cava em uma horta e acha um mármore onde está esculpida a imagem do profeta que anuncia a vinda dos que hão-de conquistar Ceuta não pode deixar de lembrar o episódio paralelo da lenda do Rei Rodrigo onde este, depois de ter penetrado na Casa de Hércules, encontra na coluna

central dessa Casa uma arca que contém um tecido onde estão gravadas figuras de árabes e onde está escrito que: “Quando este pano for estendido e parecerem estas figuras, homees que andam assi armados filharão Espanha e seerám dela senhores.”² O contraponto é flagrante, parecendo a Crônica de Zurara querer indicar que a expansão portuguesa que se iniciara com Ceuta é o momento de *expansão* da Península para terras daqueles que, no tempo de Rodrigo, nela tinham entrado. Só agora a Península, pelas armas portuguesas, compensa a *retração* a que a invasão árabe, no tempo de Rodrigo e, segundo a lenda, por culpa deste, a reduzira.

A culpa de Rodrigo é, de fato, muito marcada na lenda que a Crônica de 1344 veicula. Tal como mostrei noutros lugares³, ao profanar o espaço sagrado da Casa de Hércules onde o tempo futuro estava contido nas figuras daqueles que haveriam de conquistar a Espanha quando um rei excessivamente ousado entrasse no recinto “sagrado” que continha esse futuro, Rodrigo aboliu as fronteiras que separavam os momentos e mantinham o tempo “organizado”. Para evitar que esse futuro se intrometesse no presente da Espanha, Hércules tinha interditado que alguém nela entrasse e, para reforçar as fronteiras entre o presente e esse futuro negativo, tinha ainda mandado que todos os reis pusessem nela um cadeado, reforçando assim a fronteira entre os momentos do tempo.

O crime de Rodrigo, que levou à derrota visigótica, é, neste contexto, um crime de desorganização do tempo (que se amplia pela intromissão no presente da identidade de Alataba — forçando-a a uma relação que a desonrava — e pela ocupação do espaço social e político dos filhos de Vitiza, cujo trono usurpara, o que, de resto, tem uma consequência directa na sua derrota, pois eles o traem como vingança). O Conde Julião, que abre as portas da Espanha aos inimigos, é apenas um executor da lei do tempo que Rodrigo pusera em movimento.

A Crônica de Zurara parece ter disto consciência, pois ao contraponto atrás referido das imagens que anunciam as derrotas, se acrescenta uma curiosa justificação em termos de tempo para a realização da empresa da conquista de Ceuta, apresentada pelo Infante D. Henrique a um D. João I hesitante:

“Senhor disse elle (D. Henrique), eu acho que todallas cousas que fazemos em este mundo se rresolluem em tres pomtos prinçipallmente, s, no passado e no presentemte e no uimdoiro. E quanto he ao passado, eu consijro como ao tempo que Deos por sua graça quis que uos ouuessees nome de reey (...) e quis Deos por sua merçee emcaminhar uossos feitos por tall guisa, que sem grande uosso danno uieram todos aa uossa obediemçia e sogeiçom. (...) E quanto he ao presentemte consijro o seruiço de Deos e uossa grande ffe e cristijmdade, e a rezam que nam comssentem que uos ouesseees de neguar guerra contra os jmfiees, por se della seguir alguua ajuda e fauor a elRey de Castella em acreçemtamento da nossa ffe, por mujto uosso jmijgo que fosse, porque os

jmfiées per natureza uos querem mall e elle por açidemte. E quamto he ao que ha de uijr, eu tenho esto assy que o filhamento daquella çidade nom pode seer aazo per nehuua maneira per que a amizade e paz que ora nouamente filhastes com aquelle rregno se aja por ello de gastar nem destruir, amte o semto pollo comtrairo, porque elles conhecerom polla gramdeza deste feito a ardidez e boa desposiçom de uossos naturaaes, e jssso meesmo a marauilhosa fortelleza com que obrastes tamanho feito. e conheceram outrossy como o filhamento daquella çidade sera gramde aazo pera melhoramento da sua comquista.” (p. 46-7)

A resposta do Infante aos receios do pai lembra, assim, os feitos de guerra que o levaram ao trono (passado); a necessidade de nova ação guerreira para o serviço de Deus e da fé cristã (presente) e acha impossível que isso traga um efeito negativo na paz com Castela (futuro). A conquista de Ceuta é, assim, *uma ação temporalmente correta*.

Albano Figueiredo, na sua tese de Mestrado sobre a Crônica, depois de chamar também a atenção para esta resposta do Infante, fala da aliança entre o Passado e o Presente (e, por consequência, o Futuro), simbolizada na solidariedade entre D. João I e os filhos.⁴

Há, assim, no momento de expansão peninsular que compensa a retração iniciada com a derrota de Rodrigo em Guadalete, a preocupação de construir correctamente o tempo nacional.

Essa vai ser, também, a tentativa de alguns dos chamados mitos portugueses (sem terem agora em conta, evidentemente, a história de Rodrigo), ligados ao que poderíamos chamar a fase ascendente do tempo português: S. Mamede, Ourique, e também do movimento heróico para essa construção que os *Lusiadas* relatam maximamente.

2. Rodrigo tinha aberto as fronteiras entre os momentos do tempo e, com isso, o futuro negativo invadiu-lhe o presente do seu reino. Mas não foi só o reino de Rodrigo que caiu por desorganização (sobreposição) dos momentos do tempo. Vários outros impérios caíram pela mesma razão, incluindo o do Rei Artur. De facto, o incesto que gerou Mordret, é uma intrusão do passado e do presente um no outro (a irmã de Artur que será a mãe de Mordret é, ainda, representante do passado, da família de origem). É, de novo, a abolição das fronteiras entre os momentos do tempo, agora entre o passado e o presente, como o fora para Rodrigo abrir a Casa de Hércules, cujo fechamento separava o presente do futuro. E será o filho nascido desta “desorganização” do tempo de Artur que provocará a queda do seu império como a *Demanda* o nota: “Ai Deus! Ora vejo a profecia comprida que os homens sisudos desta terra disserom per muitas vezes: que rei Artur morreria per mão de seu filho. Ai Deus! Que dano e que perda!”⁵

Na sequência da desorganização do tempo que causou, segundo o imaginário da lenda, a derrota visigótica, os reinos cristãos terão, pela Reconquista,

que voltar a pôr fronteiras, bem concretas, agora, entre eles e os mouros, de par com o alargamento do espaço.

Esse esforço concreto de reconquista vai desdobrar-se no esforço de criar fronteiras entre os momentos do tempo para que o espaço nacional português se possa autonomizar e engrandecer. D. Afonso Henriques experimenta-o logo quando tem que tomar posse do Condado pelas armas. Independentemente dos fatos históricos, e a partir deles, cria-se uma situação em que o Passado (a mãe, agora aliada a Fernão Peres de Trava) tenta “engolir” o Presente do jovem Afonso Henriques, não lhe deixando tomar conta da herança paterna. S. Mamede é, assim, uma separação de um passado que não se afasta do presente do príncipe, antes quer impedir a sua normal realização social e política de que a identidade “política” e social do jovem Afonso dependia. E a lenda que em torno da batalha se criou, segundo a qual Afonso Henriques teria posto a mãe a ferros e esta lhe teria lançado uma maldição, concretizada em Badajoz, e que Camões veicula⁶, mostra bem a dimensão imaginária que prolonga os fatos concretos e que fez S. Mamede entrar no imaginário nacional. Está em causa a dimensão mítica da luta do Fundador contra a origem opressora. É uma luta contra o passado para que das fronteiras postas entre ambos, por virtude dessa luta, possa nascer uma nacionalidade. E quando esse passado, na figura da maldição da mãe, invade o presente (anulação das fronteiras do tempo), dá-se a desgraça do rei e do reino.

O Fundador é aquele que, ao pôr fronteiras no tempo e no espaço físico do reino, se situa *entre*, torna-se mediador, ele é a fronteira. Ao ser aclamado rei em Ourique com a intervenção divina, vai tornar-se também um mediador entre os mundos humano e divino, a mediação por excelência.

Com efeito, o aspecto sobrenatural ligado ao nascimento formal da nacionalidade (o momento em que Afonso Henriques toma o título de Rei de Portugal) e ao próprio caráter sagrado das armas nacionais que passam a conter nelas as marcas da paixão de Cristo, “é uma maneira de afirmar que a nacionalidade corresponde a um arquétipo divino que os homens não podem alterar. Inscreve-se na essência das coisas e exprime a corvicção de que ela [a nacionalidade] é um dado inalterável e eterno.”⁷

Vemos, assim, que com o suposto milagre de Ourique, a lenda atinge uma dimensão mítica fundamental e torna-se uma narrativa de origens em que a realidade humana é explicada por uma intervenção divina que lhe determina o destino e a *marca* para um grande Futuro.⁸

Ourique, como Fundação, acrescenta o Futuro à construção do tempo português quando Cristo anuncia que a ação vitoriosa de Afonso Henriques será prolongada pela dos seus descendentes. Nos *Lusíadas*, essa ação vitoriosa culminará com a conquista do Novo Reino, e não deixa de ser curioso que Camões desenvolva a viagem e a conquista desse novo reino como uma luta contra o *antepassado* mítico Baco. Camões parece dizer ainda que só uma boa construção do tempo, com um presente liberto de um passado que não lhe quer dar espaço para ser, permite a existência e a expansão de um Reino. Por isso, o Fundador deverá ser um Construtor de Tempo, como Hércules ensinara

ao mandar pôr os cadeados na Casa que encerrava em si o mistério do tempo. Ao serem abertas as fronteiras entre o mundo humano de Rodrigo e o mundo sagrado da Casa, o futuro deixou de ser um desenvolvimento do presente e irrompeu violentamente de um outro mundo inimigo.

Com Ourique, a construção do tempo, começada pela separação do passado (onde se deve incluir também a luta contra os mouros) para que o presente de uma nova individualidade pessoal e, depois, nacional, pudesse ter espaço simbólico e real para existir, é completada pela intervenção divina que lhe acrescenta o futuro. O futuro que Ourique traz já não é a intromissão do Outro, como em Guadalete, mas sim a expansão do Próprio, unificando-se o tempo em torno de um mesmo sujeito — Português. Com isto, o Sujeito Português cria-se como uma Permanência que não morrerá com o advento do Futuro, o que é, de algum modo, espelho da permanência divina não-dependente do desenvolvimento do tempo. A Fundação está, assim, imaginariamente consumada quando o Futuro se acrescenta como desenvolvimento natural e vitorioso do Presente.

3. Este tempo ascendente português tem, naturalmente, o seu apogeu nos *Lusíadas*, que ficaram sendo um lugar importante do imaginário nacional.

Para a construção do tempo ascendente e maturativo nacional, os *Lusíadas* vão acrescentar, ou pelo menos reforçar, dois aspectos: a viagem, que unirá as duas margens, ocidental e oriental, de um reino até então incompleto, e, através da negatividade do antepassado mítico, Baco, vão magnificar a *justificação ética* dessa luta, que a negatividade da mãe de Afonso Henriques, prolongada pela negatividade do inimigo infiel, já tinha fornecido.

Mas os *Lusíadas* trazem, ainda, o Amor para a construção do tempo português, elemento fundamental em todos os contextos de evolução heróica. E esse amor é conseguido através da Fama, que funciona como imagem do eu heróico que conquistou o espaço da sua autonomia, ou seja, do seu tempo bem construído. A Fama mostra que o herói venceu o passado (representado, neste caso, por Baco) e, tendo o seu presente livre, pode começar a relação de amor com o Outro.

Tem ainda interesse notar que as Ninfas são levadas ao amor por vontade de Vênus e Vênus foi quem favoreceu a viagem e a construção do tempo que ela implicava, sobretudo na luta contra Baco/Passado. As Ninfas são assim, de algum modo, uma emanação da Vênus que permitiu a construção do tempo. Poder-se-á então dizer que, na Ilha dos Amores, se dá uma relação erótica com o próprio tempo, o que é, ainda, uma maneira de dizer que só depois do tempo construído é que a relação com o Outro é possível, porque só então há fronteiras que delimitam as individualidades.

4. Os mitos portugueses (ou as vivências imaginárias que se acrescentaram e que alteraram os dados reais) mostram que os reinos, tal como os heróis, precisam de construir um tempo — ou mantê-lo — em que a sua Forma ponha, através de recursos simbólicos variados, fronteiras entre os momentos e aquilo

ou quem os representa, de modo a que a Liberdade se crie e o Próprio e o Outro não se confundam. Sem uma Forma do tempo assim construída o Reino entra em decadência. A função do Rei é a de ser o Guardião ou o Construtor de um Tempo bem organizado para que a liberdade da pátria e dos cidadãos seja possível. O Poder aparece, assim, como a *manifestação social da organização do tempo, onde as fronteiras e as liberdades são possíveis*. A invasão do Outro inimigo, neste contexto, só será vitoriosa se o tempo do Próprio estiver desorganizado.

Notas

1. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. Ed. de Francisco Esteves Pereira por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.
2. Cf. CINTRA, Luís F. Lindley. *Crônica Geral de Espanha de 1344 — A Lenda do Rei Rodrigo*. Lisboa, Verbo, 1965, in Helder Godinho (org.) *Prosa Medieval Portuguesa*, Lisboa, Comunicação, 1986, pp. 112-159, p. 131.
3. Cf, por exemplo, “Les mythes portugais et le temps”, *Diogene* 170, 1995, pp. 75-99.
4. Cf. Albano Figueiredo. *O Ideal de Cavalaria na Crônica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Faculdade de Letras de Coimbra, 1996 (tese policopiada), pp. 59-60.
5. *A Demanda do Santo Graal*, ed. de Irene Freire Nunes, Lisboa, INCM, 1995, §673.
6. *Lusíadas*, III, 69: “a maldição da mãe que estava presa”.
7. Cf. José Mattoso. “A Primeira Tarde Portuguesa”, in *Portugal Medieval, Novas Interpretações*. Lisboa, INCM, 1985, pp. 11-35, p. 14.
8. Cf. o que a este propósito diz Ana Isabel Buescu, “Vínculos da memória, Ourique e a Fundação do Reino”, in *Portugal: Mitos Revisitados* (coord. de Yvette Kace Centeno), Lisboa, Ed. Salamandra, 1993, pp. 9-50, p. 12-3.
Sobre Ourique cf. ainda Luís Felipe Lindley Cintra, “Sobre a Formação e Evolução da Lenda de Ourique (até à Crônica de 1419)”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXIII, 3ª série, nº 1, 1957, pp. 168-215; Aires Augusto Nascimento, “O Milagre de Ourique num texto latino-medieval de 1416”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, nº 2, 1978, pp. 365-374.